

verdade. Estão em questão imagens do Brasil, representações da ordem, fantasias do futuro. Ai está o que há de mais fascinante no brizolismo. O capítulo I é o esforço de definir o brizolismo dessa maneira. Na expectativa de tê-lo definido a contento e convincentemente, passo a destrinçar os fios que compõem essa rede de significações, o brizolismo. No capítulo II, dedico-me ao processo de criação da *persona* pública de Brizola, tentando descrever as formas como ela é articulada à tradição trabalhista e à composição de uma narrativa sobre o Brasil, a construção de sua história passada (a invenção de um passado glorioso) e o diagnóstico de seu presente. O sucedâneo necessário do diagnóstico é a formulação, ainda que não sistemática, de um projeto de futuro, tema abordado no capítulo III. No que chamo de projeto civilizador brizolista, símbolos, imagens e valores são fortemente utilizados. *Mote central*: o nacionalismo. O capítulo IV é dedicado às percepções da atuação política brizolista, aos princípios que a presidem e aos significados a ela atribuídos. Como nos primeiros capítulos lido com fontes de dados diversas, atores políticos identificados com correntes dispare e, por vezes, contraditórias, optei por dedicar o capítulo V a um ator específico: o Movimento Popular da Brizolândia. Na pesquisa, a Brizolândia assume o papel de fonte da percepção popular do fenômeno do brizolismo.

Que não se criem falsas expectativas. Este é um trabalho a respeito dos discursos sobre o brizolismo. Não se trata, portanto, nem da história de Brizola, nem da história do brizolismo. Não é, tampouco, um estudo sobre os governos de Brizola. Dado o caráter polêmico de sua imagem, optei por destacar o aspecto que me pareceu mais interessante de sua trajetória recente: as significações a ela atribuídas. Como já mencionei, estou convencido de que tais debates são extremamente elucidativos dos confrontos mais gerais travados na esfera pública brasileira, em geral, e carioca, em particular. Dilemas clássicos da política brasileira são postos em cena: moderno/arcaico, ordem/desordem, tradição/ruptura, elites/massas. Tais dilemas são associados, de modos diferentes, à *persona* de Brizola, que funciona quase como um pretexto para o enfrentamento. No debate político, brizolismo e brizolista têm funcionado, preferencialmente, como adjetivos, evocados positiva ou pejorativamente. Da forma que serão abordados, brizolista é o nome do discurso de atores políticos que fazem da adesão a Brizola o princípio de identidade fundamental em sua inserção na esfera pública. Brizolismo é o nome do campo de embate de significações divergentes acerca da política brizolista. Ambos são, portanto, substantivos. O mesmo vale para antibrizolista. Peço desculpas antecipadas aos antibrizolistas por me ter deixado seduzir pelo objeto. Desculpo-me, também, com os brizolistas, por ter sido tão resistente às seduções.

## I

### Do Brizolismo Utópico ao Brizolismo Científico<sup>1</sup>

Comentando o pensamento político de Weber, Raymond Aron chama atenção para aquilo que lhe parece a mais notável de suas contribuições para a tradição da teoria política moderna.<sup>2</sup> Segundo ele, Weber teria sido o primeiro a definir as diferentes formas de governo sob bases diversas daquelas firmadas desde Aristóteles. Como é sabido, o critério diferenciador das formas justas de governo, segundo Aristóteles, reside no número dos que governam. Existiriam, dessa maneira, três formas de governo: o governo de muitos (a democracia), o governo de poucos (a aristocracia) e, finalmente, o governo de um só (a monarquia). Segundo Aron, a perenidade do critério aristotélico é atenuada por sua adoção ainda em Montesquieu, que, alterando a terminologia (República, aristocracia e tirania), preserva o princípio numérico, adicionando aos dois primeiros — República e aristocracia — um princípio ético fundamental (a virtude e a honra, respectivamente). A perspectiva clássica confere à abordagem das formas de governo um enquadramento que privilegia a resposta à pergunta: quem governa? A abordagem weberiana, por outro lado, pode ser sumarizada como o esforço de responder a uma pergunta de outra ordem: por que os que são governados aceitam e consideram legítimo o governo daqueles que detêm o poder de mando? Ela representa, portanto, uma dupla inflexão. Primeiro, porque não se atém ao critério numérico, optando por uma abordagem substantiva e não apenas formal da configuração do poder político. A segunda, corolário da primeira, porque destaca as motivações que aqueles que são governados têm para obedecer,

<sup>1</sup> O nome deste capítulo me foi sugerido por Eduardo Costa, que me relatou como, nas reuniões do partido, ele e Antonio Pedro planejavam, em tom de pilhério, escrever, em conjunto, uma obra cujo título utilizo, respectivamente, para abrir minha investigação.

<sup>2</sup> Ver Aron, 1987.

centrando nelas o foco de análise. O esforço em responder à pergunta sobre a legitimidade do poder tal como percebido por aqueles que obedecem, é, portanto, a base para a formulação weberiana dos três tipos puros de dominação, que constituem o corpo conceitual de sua teoria política.

Justiça seja feita, a teoria política weberiana é a elaboração mais bem acabada de uma intuição que já tivera Gaetano Mosca. Através dos conceitos de fórmula política e vínculos morais, o teórico das classes dirigentes já percebera a conexão entre as formas de governo e os valores vigentes na sociedade em que são exercidas. Possivelmente absorvido pelo que julgou sua percepção mais fecunda, a que postula a divisão das sociedades em classes dirigentes e dirigidas, como lei geral da política, Mosca acabou por dar maior ênfase à investigação sobre as formas de recrutamento e renovação das classes dirigentes, relegando a segundo plano suas conexões com o mundo dos valores radicados na sociedade.<sup>3</sup> Ainda que nem sempre de modo sistematizado, Weber procurou ir mais longe na investigação dos processos sociais de legitimação do poder político, o que foi feito em momentos diversos de sua carreira intelectual, integrando de modo substantivo a tipologia forjada, a partir desse esforço, à sua teoria da ação social. O sucesso de seu empreendimento é atestado pelo caráter paradigmático que os três tipos puros de dominação – tradicional, racional-legal e carismática – passaram a ter. Mesmo quando não utilizados explicitamente, os tipos puros de dominação exerceram (e continuam exercendo) o papel de referentes tácitos, princípios orientadores de uma série de análises políticas, ao longo de todo o século XX. As formas puras de dominação legítima são constructos teóricos, cuja matéria-prima é a combinação de uma extrema sensibilidade quanto aos dilemas do mundo moderno e uma não menos notável erudição histórica. Os três tipos de dominação, estabelecidos por Weber, definem, de modo criativo, formas, observáveis historicamente, de exercício do poder e de administração pública, ao mesmo tempo que denotam alguns dos impasses mais dramáticos do Ocidente na virada do século. O tipo racional-legal dá conta do processo de burocratização dos negócios políticos, cuja lógica ganha maior relevância à medida que a consolidação dos Estados nacionais, a divisão do trabalho e o crescimento da economia de mercado ampliado se generalizam para além das fronteiras europeias. O problema da burocracia foi enfrentado por praticamente todos os intérpretes da sociedade e da política contemporâneos a Weber, sendo raros, contudo, aqueles que investigaram o tema de forma, a um só tempo, tão obstinada e melancólica. Do mesmo modo, no conturbado

contexto de transição para a modernidade, em que mudanças de todas as ordens limpavam os últimos resquícios do Antigo Regime, e os Estados nacionais lutavam para consolidar-se definitivamente, a tradição era moeda analítica corrente, sendo evocada, ora como nostalgia de uma ordem agonizante, ora como cimento, solo comum, para a nova ordem que se delineava. Embora sejam recorrentes as alusões de Weber às formas de poder tradicional radicadas no passado histórico, ele bem sabia que o confronto entre o poder racional-legal e o tradicional (ou a combinação de ambos) não se resumia a uma mera equação entre o antigo e o moderno. Os tipos puros de dominação não são, portanto, conceitos históricos, não funcionam para definir formas de governo datadas historicamente, que se transmitem num processo evolutivo. São conceitos analíticos, através dos quais abre-se uma linha de interpretação sobre as motivações que presidem as relações de poder nas diversas sociedades. O mesmo ocorre em relação ao terceiro tipo puro de dominação: o carismático. Ai, mais do que em qualquer outra passagem de sua obra, Weber revela-se filho de seu tempo. No poder carismático, são apontadas virtudes que evidenciam uma certa simpatia de Weber por ele. O poder carismático é diferente dos demais, por ser uma espécie de forma de transição, que irrompe em momentos de crise para logo após extinguir-se completamente, ou ver minimizada sua força inicial pela rotinização. No segundo caso, alguns dos componentes das duas outras formas de poder, ou de uma delas, imiscuem-se na dinâmica do carisma, conferindo uma estabilidade nas relações de poder que ele próprio não é capaz de engendrar.

É justamente por identificar no carisma um imenso potencial criativo que Weber lhe dedica atenção especial. O carisma funciona como uma espécie de contraponto às tendências conservadoras e estabilizadoras da tradição e da racionalidade legal. É força de mudança. É, nesse sentido, extremamente positivo, chegando a funcionar como um dique à hipertrofia do poder burocrático, nas democracias de massa. A abordagem de Weber é extremamente singular, sobretudo se cotejada com as principais teorias sobre o líder de massas formuladas a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, Weber preserva algumas das impressões típicas de seu tempo. A mais proeminente delas é a que explica a adesão das massas ao líder carismático por ser ela portadora de um suposto primarismo, de um caráter passional e irracional norteando a sua intervenção no espaço público. Dentre os aspectos do tipo de dominação carismática, este foi o mais explorado por seus pós-teros, que se preocuparam, especialmente, com os riscos contidos na capacidade de manipulação das massas pelo líder. A discussão sobre as potencialidades disruptivas e desestabilizadoras da liderança carismática

será feita no capítulo IV. Deter-me-ei, aqui, no problema específico da legitimação, na identificação com o líder carismático por parte de amplos contingentes do corpo social, tomando especificamente o caso do brizolismo.

Há um consenso (um dos poucos) quanto ao caráter fortemente carismático contido no tipo de atuação política assumida por Brizola, em toda a sua carreira. Dado o contexto histórico em que ascende no cenário político brasileiro (década de 50 e início dos 60), Brizola foi identificado não somente como líder carismático, mas, também, como liderança tipicamente populista. A combinação de carisma e populismo, no contexto da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular, ensejou uma leitura que tende a ser extremamente negativa quanto às qualidades, tanto do líder, quanto da adesão a ele. O primarismo, centenariamente advogado, que sustentaria a adesão à liderança carismática, seria reiterado pelos vínculos deste com um sistema político marcado pela fragilidade dos pactos políticos e pela instabilidade institucional. Esse foi, em grande medida, o sentido atribuído ao brizolismo. Uma forma de inserção na vida pública marcada pela paixão, irracionalidade, falta de consciência e desorganização política das massas urbanas. Brizola seria um demagogo hábil em manipular as aspirações e volições das massas, suas fantasias e frustrações, colocando a seu serviço uma rede de símbolos e imagens capazes de fazer com que elas (as massas) o identificassem como expressão legítima de seus desejos e necessidades, uma espécie de Messias secularizado. É difícil, porém, em uma análise sistemática e criteriosa, não colocar sob suspeita os pressupostos implicados em tal veredicto. Não propriamente, ou não apenas, quanto ao brizolismo, no sentido mencionado acima, mas à própria noção de liderança carismática.

O vínculo quase mecânico estabelecido entre liderança carismática e primarismo político parece ser um daqueles casos em que certas correlações mantêm-se, através das décadas, por uma espécie de força de inércia. Adotando-o acriticamente, parecemos esquecer que ele é fruto de um ambiente intelectual em que se supunha ter-se encontrado um veredicto final para o problema da conduta humana, a qual seria presidida pela adoção de um certo tipo de racionalidade (supunha-se, então, ter-se alcançado, também, um denominador comum sobre o que significava agir racionalmente) e, finalmente, que boa parte dos seres humanos era apenas parcial e precariamente contemplada com essa forma secularizada de dom. As implicações epistemológicas, políticas e culturais de tais pressupostos, tacitamente aceitos nos usos correntes do conceito de carisma, parecem não ter muita relevância ou não ser objeto de discussão. É verdade que a noção de carisma esgarçou-se sobremaneira ao longo do tempo. Hoje, ela tanto serve para

designar certos tipos de comportamento religioso, o que respeita, inclusive, suas origens, quanto para designar o comportamento político, ou ainda, em versão mais vulgarizante, explicar o sucesso de certas personalidades do *show-biz*, por exemplo. Todas preservam o poder de designar um certo tipo de identificação entre aquele dotado de carisma e os que com ele se identificam, trazendo, implicitamente, o reconhecimento de que tal operação se dá em larga escala. O poder de significação do conceito é atestado pelo fato de que, independentemente dos vários usos, ainda é possível um razoável consenso sobre o que pretendemos designar ao utilizá-lo. Aí, também, está seu problema. Ao contrário de seu uso comum, que denota simplesmente as qualidades pessoais que desencadeiam o fascínio e a admiração do público-alvo em relação àquele que é dotado de carisma, as abordagens teóricas, que têm a pretensão de conferir aos fenômenos e processos sociais uma margem maior de inteligibilidade, trazem, ao utilizá-lo heurísticamente, todos aqueles pressupostos que fundamentam sua própria formulação original, como conceito sociológico e político. Seu uso passou a ter, implicitamente, uma carga valorativa excessiva. A perenidade do sentido dado ao conceito denuncia seu uso, arisco dizer, inadequado.

Uma definição alternativa de carisma deve ser tentada caso se queira preservar o conceito e seu rendimento analítico. Nela, muitos de seus componentes originais podem e devem ser preservados. Talvez não se trate propriamente de redefinir o carisma, mas de precisar melhor as motivações que levam à adesão por parte de amplos grupos sociais àquele que o detém. O tipo de dominação carismática é definido pela adesão a um líder a quem são atribuídos poderes extraordinários e inexistentes nos homens comuns. Segundo Weber, o líder é dotado de um forte poder de comunicação, o que permite o estabelecimento de um canal de interação direta entre ele e as massas, mediante o qual são desencadeadas emoções e paixões devastadoras (motivações preferenciais da ação das massas), gerando estados próximos ao êxtase. A questão a ser colocada é: para além dos recursos oratórios, da retórica inflamada e dos rituais públicos em que multidões se reúnem em praça pública, compartilhando uma espécie de sentimento coletivo de desindividualização, o que faz com que as massas sejam tocadas pelo líder carismático? O recurso à irracionalidade e ao primarismo das massas, bem como à sua "instabilidade crônica", pode ser um conveniente recurso explicativo, nos casos em que o poder carismático irrompe para, logo depois, vitimado pela precariedade das bases de adesão, perecer inelutavelmente. Ele é, no entanto, inadequado para os casos em que o carisma alcança perenidade, sem prejuízo de seu vigor inflamado, vale dizer, sem

*Quando o conceito de carisma é usado para designar o sucesso de certas personalidades do show-biz, por exemplo, todas preservam o poder de designar um certo tipo de identificação entre aquele dotado de carisma e os que com ele se identificam, trazendo, implicitamente, o reconhecimento de que tal operação se dá em larga escala.*

rotinização. Há casos da história política recente em que a reprodução do carisma pode ser razoavelmente explicada pelo uso discricionário da força, da censura e da manipulação dos canais de comunicação e interação no espaço público.<sup>4</sup> Esses seriam os métodos mais comuns de perpetuação da ascendência de figuras carismáticas em regimes autoritários ou totalitários. Nesses casos, porém, dar-se-ia algo próximo do que Walter Benjamin chamou de estetização da política.<sup>5</sup> Segundo ele, a valorização do ideológico, nos regimes fascistas, é operada como pura encenação, teatralidade, simulação, farsa. Representa a ritualização da ideologia, a veneração do chefe marcada pelo *como se*. Não se opera uma força performativa que capture realmente os indivíduos. A adesão ao chefe, a força performativa própria do discurso político, nos regimes totalitários, é apenas simulação de discurso prático-ideológico.

O mesmo não pode ser dito quanto aos regimes competitivos. Nesse caso, cabe reconhecer que o líder carismático extrai seu poder da capacidade privilegiada de mobilizar símbolos, imagens, fantasias, representações sociais firmemente enraizadas no grupo social no qual desponta, obtendo sucesso na vinculação desse conjunto de fatores da vida social, podemos dizer, do imaginário da sociedade, à sua figura e à forma como ela é coletivamente percebida. Aceitando tal hipótese, pode-se dizer que existe um vínculo estreito entre o surgimento de líderes carismáticos e a cultura da sociedade em que eles emergem. Isso não é o mesmo que afirmar a tendência de certas sociedades a se constituírem em campo propício à emergência de líderes carismáticos. Significa, pura e simplesmente, que é na capacidade de operar o referido vínculo líder/imaginário social que reside o fundamento de sedução e fascínio do líder. O extraordinário, em sua *performance*, está no fato de personificar, de modo eloqüente o bastante para que seja aceito como legítimo por amplos setores sociais, um conjunto de imagens e símbolos que são forças estruturantes da sociedade, de seus sonhos e mitos. Sendo assim, a adesão ao líder carismático é interpretada, pelos atores políticos, como resposta positiva à representação que fazem de si próprios. A adesão é, portanto, dotada de sentido e forma um todo coerente com as expectativas e visões de mundo socialmente construídas. Temos, então, uma estetização da política de ordem diferente daquela descrita por Benjamin. Imagens, símbolos, ritos, festas, edifícios e monumentos são

construções discursivas, linguagens que se articulam narrando e celebrando a história que a sociedade constrói de si mesma, na qual ela própria é o protagonista e tem no líder seu centro de referência.

Cabe, portanto, destrinçar os fios simbólicos que se articulam nessa construção da realidade, que é expressa e redunada na adesão ao líder carismático. Entendidos dessa forma, os processos de adesão ao carisma podem ser encarados como princípio e efeito de produção de uma linguagem simbólica. Tomo a noção de linguagem simbólica tal como definida por Berger e Luckman.<sup>6</sup> Segundo eles, a linguagem é capaz de integrar esferas de realidade tão distintas entre si, como, por exemplo, daquela relativa ao mundo dos sonhos à mais diretamente fundada na vida cotidiana. A linguagem simbólica realiza a transcendência pela qual esferas distintas de realidade são superpostas e dotadas de sentido. Ocorre, então, o grau máximo em que a significação linguística se desprende da facticidade imediata do mundo cotidiano. A linguagem simbólica é capaz, então, de erigir "*imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo.*"<sup>7</sup> Aos sistemas simbólicos mencionados pelos autores como os mais importantes historicamente — a religião, a filosofia, a arte e a ciência —, deve-se acrescentar mais um: a política. Isso porque, como eles próprios reconhecem, a linguagem não somente é capaz de criar símbolos altamente abstratos, como de fazer com que retornem à esfera da vida cotidiana, constituindo-se em elementos essenciais dela, e da apreensão subjetiva que dela tem o senso comum. Ou seja, faz com que sejam entendidos como aspectos da realidade objetivamente dada. A forma pela qual o mundo da política é apreendido pelo ordinário dos homens está povoada de símbolos e sinais desse tipo. De enclaves de realidade, onde esferas distintas se superpõem e orientam as formas de percepção dos processos que se desenvolvem no mundo observado.

O brizolismo, entendido como adesão à liderança de Brizola, é aqui tratado como um caso típico, em que a correlação entre o imaginário social e o líder foi operada por longo tempo. Provavelmente, tal correlação perdura, ainda hoje. Quando os militantes da Brizolândia, com seu alegado primarismo político e intolerância, repetem ciosamente que não cultuam a figura de Brizola, mas as idéias com ele partilhadas e o que ele representa no cenário político brasileiro, seus projetos e utopias, estão, a seu modo, revelando algo que não pode passar

4. Creio que estas sejam os casos de líderes políticos como Stalin, Mussoolini, Hitler e Fidel, por exemplo. Há uma vasta bibliografia que associa o labrificação do carisma em contextos de regimes autoritários ou totalitários. O mesmo não ocorre, lamentavelmente, no que toca às democracias, ao prestígio de certos chefes políticos e sua importância no desempenho eleitoral de seus respectivos partidos.

5. Sobre o conceito de estetização do político, em Benjamin, ver Zizek, 1992.

6. Berger & Luckman, 1978:60-1.

7. *Ibid.*, p. 61.

despercebido aos olhos do intérprete interessado. Não se trata, nesse caso, de uma postura apenas defensiva contra as acusações de personalismo que supostamente involuntária, de um aspecto da adesão ao chefe carismático pouco explorado nas análises políticas que se dedicaram ao tema. O brizolismo é um caso típico de adesão ao líder carismático e há nele indícios mais do que eloquentes do personalismo que o sustenta. Ocorre, porém, que tal personalismo tem como condição de possibilidade a constatação de que Brizola, sua *persona* pública, é expressiva de um conjunto de representações sociais fortemente enraizadas na cultura brasileira (ou carioca?). Mais do que isso, ele foi, ao longo dos anos em que tem atuado ativamente na esfera pública, referência fundamental para a criação e ressemantização de imagens sociais com amplo trânsito em diversas esferas da sociedade. Respeitando, e, talvez, levando às últimas consequências a intuição weberiana, segundo a qual é nas motivações para a obediência daqueles que são comandados que devemos extrair a definição do tipo de poder político, a identificação líder carismático e liderados não pode ser encarada como a mera manipulação engenhosa dos símbolos e imagens por parte daquele(s) que exerce(m) o poder. Aceitar tal explicação equivaleria à capitulação frente às teorias que redizem a inserção política acertada dos atores a um conjunto limitado de preceitos e modalidades de motivação previamente definidos. Penso que, ao menos em certos casos, a adesão ao líder carismático é resultado de uma tensão geradora de significações, que redundam na identificação, muito freqüentemente oscilante, entre aqueles que operam a produção de significados. O papel do assessor do chefe, do formulador político, do militante, do dirigente partidário ou do eleitor interessado se equivalem. Esses personagens são tão importantes, no processo de significação, quanto o próprio líder. Talvez os discursos daqueles que aderem sejam, até mesmo, mais importantes. Dessa perspectiva, a adesão a que se convencionou chamar de brizolismo pode ser entendida como a produção tácita ou explícita de um mosaico de imagens, cujo contorno é revelador de uma autoimagem possível e plausível (por que não?) daqueles que fazem dela (a adesão) a forma privilegiada de engajar-se nos debates pertinentes à esfera pública. Sendo assim, o brizolismo, da perspectiva daquele que se autodefine como brizolista, pode ser entendido como um texto, uma narrativa a ser interpretada. Nela são veiculadas imagens do Brasil, de sua história, de suas potencialidades e fraquezas. Tratando-se especificamente de uma narrativa política, ela veicula, igualmente, uma concepção do que seja a política e das formas adequadas de atuação nesse campo específico. Vale reiterar sempre, contudo, que esta é uma narrativa

composta por muitas vozes, é uma produção coletiva. Nela, não há lugar para a passividade. Com isso, chegamos a uma primeira e parcial definição do brizolismo.

Quando tratamos de noções como universo simbólico, imaginário, representações sociais, entramos inevitavelmente na esfera da cultura e das assim chamadas "ciências sociais". Ora, a cultura não é uma estrutura estática, dada de uma vez para sempre. Ela é dinâmica, simultaneamente campo de produção e produto de tensões criativas (no sentido de Geertz) entre visões de mundo diferenciadas, em alguns casos antagonicas.<sup>8</sup> Se é verdade, ainda com Geertz, que os sistemas simbólicos são programas que fornecem um gabarito para as organização dos processos sociais e, por isso, restritivos do desenvolvimento de todas as potencialidades dos seres humanos (algo como o mundo objetivado de Berger e Luckman), não é menos verdadeiro que tais restrições são inventadas pelos próprios seres humanos, em processo regular de redefinição dos limites impostos à sua própria capacidade inventiva. Elas são os fios da tão repetidamente referida teia de significações, criadas pelos próprios indivíduos que, simultaneamente, os limita em seu próprio fazer criativo. No caso do brizolismo, trata-se de distinguir os fios de que é tecido e os nós resultantes de suas articulações.

Para ser entendido adequadamente, não basta que tratemos o brizolismo como um texto cuja autoria deve ser atribuída a Brizola e seus companheiros de jornadas, próximos ou distantes. Vale dizer, a magnitude do brizolismo, tal como entendo aqui, só pode ser interpretada adequadamente quando reconhecemos o caráter tensionado e relacional de sua composição. Isso porque ele não é apenas uma narrativa sobre o Brasil, sua política e sua história, mas é, também, um dos campos onde tal narrativa é composta. O campo discursivo é simultaneamente o espaço de semantizações e produto das mesmas. Ele não preexiste a elas, mas é, também, objeto de permanentes reconfigurações. Tal processo é necessariamente relacional, tal como entendido por Bourdieu.<sup>9</sup> Com isso, fica estabelecido que a composição do que tem sido denominado por brizolismo é imprescindível sem que se levem em conta os discursos de rejeição e estigmatização daquilo que a figura de Brizola representa. Tanto quanto as significações positivas a ele vinculadas, os contundentes discursos negativos são da maior importância. A disputa em torno de Brizola, de seu progressismo ou arcaísmo, de sua vocação democrática ou autoritária, de seu caráter popular ou manipulador, não dá conta, de modo algum, da complexidade dos temas

8 Geertz, 1989.

9 Ver Bourdieu, 1989.

relativos à política brasileira e carioca como um todo. Mas é uma das arenas de disputas entre representações dessa realidade problemática, o Brasil contemporâneo. Tais representações são extremamente significativas e relevantes para os processos políticos e sociais recentes. Mobilizam imagens distintas da ordem social, princípios de justiça muitas vezes antagônicos, formas de encarar a natureza e os limites da ação política irreduzíveis entre si.

Deve-se estar atento, contudo, que as narrativas que compõem o brizolismo, tal como aqui definido, não são simples coleções de símbolos e imagens constituintes de um mundo das idéias. Elas orientam e conferem inteligibilidade a ações práticas no espaço público. Sendo assim, o brizolismo deve ser entendido também como categoria da prática de atores que disputam a hegemonia no campo político. Formas de intervenção na esfera pública são assumidas positiva ou negativamente a partir da maior proximidade ou distância que guardam com a maneira de engajar-se identificada como tipicamente brizolista.

Se é assim, devemos reconhecer que o próprio sentido do brizolismo é objeto de disputa. É no interior dessa disputa que ele se configura como campo de representações sociais, ações práticas e projetos para o futuro. Chamo a atenção, portanto, para um aspecto da política a que nem sempre é dada a devida atenção. Colada aos debates, inegavelmente cruciais, referentes à estrutura do Estado e aos processos institucionais do sistema político formal, há uma dimensão do embate político que é da maior relevância: trata-se da dimensão que, na falta de melhor termo, podemos chamar de cultural. Temos, por ela, acesso a uma dinâmica marcada por dramas simbólicos, imagens de mundo fortemente radicadas na sociedade, mitos, construções do passado e projeções de futuro. A análise do brizolismo surpreende pela capacidade que revela de abrir as portas para a interpretação de uma vasta coleção de representações simbólicas, encenadas dramaticamente nos debates ocorridos na esfera pública em torno de seu significado. Deter-me apenas nas representações que conferem legitimidade e positividade à figura de Brizola significaria reduzir sensivelmente o poder de mobilização e enfrentamento simbólico por ele propiciado, ao longo das últimas duas décadas. Com o que foi dito acima, não quero dizer que pela análise do brizolismo temos acesso à complexidade dos processos políticos e sociais do Brasil recente. Sugiro, apenas, que, nesse debate, foi posta em cena uma coleção nada negligenciável de temas e imagens, cruciais para o debate político brasileiro mais abrangente.

Assumindo tratarem-se de questões pertinentes à esfera da cultura e dispondo-me a simplesmente interpretá-las, declaro, de modo explícito, a posição

epistemológica assumida. Não há como desvendar a essência do brizolismo, simplesmente porque é pouco provável que ela exista. A rigor, é pouquíssimo provável que seja possível tratar o brizolismo no singular, mesmo que sua definição fosse restrita às motivações que levam à adesão a ele. O brizolismo reinventado, a partir de 1979, não é o mesmo a que se referiam os atores no pré-64. Os atores não eram os mesmos, nem, tampouco, o contexto social mais abrangente em que é produzido. Mesmo ao longo do período iniciado com sua volta do exílio, seu significado sofre mudanças sensíveis. Isso não quer dizer que não existam regularidades. Não só existem, como a sua identificação é tarefa crucial. Ao sabor das mudanças de conjuntura, imagens são redefinidas, outras são criadas, mas existem, também, aquelas que resistem às intempéries, às idas e vindas dos debates públicos, com, por vezes, impressionante regularidade. Também há aquelas cuja recorrência é travestida por novas roupagens e inéditos sinais. Daí a análise que se segue estar restringida histórica e espacialmente. Pensar o brizolismo no período pós-79 no Rio de Janeiro corresponde a circunscrever algumas de suas configurações e as formas com que elas são remetidas a questões mais gerais da política brasileira e carioca no período especificado, bem como à sua história regressa. Não se trata, portanto, de fazer a história do brizolismo, mas, antes, de reconhecer sua historicidade. Não se pretende, sobretudo, hipertrofiar o rendimento da análise desse fenômeno político, que marcou tão profundamente a vida política carioca recente, mas estabelecer as conexões entre temas culturais e processos políticos nele envolvidos. Há um grau razoável de aleatoriedade nos recortes operados e nos temas abordados. Apesar de todos os cuidados e esforços para circunscrevê-lo, o brizolismo permanece, ao fim da análise, escorregadio, volátil, de definição fugidia. Dada sua contemporaneidade, permanece como campo de possíveis ressemantizações futuras.

O desenvolvimento da análise que se segue apóia-se, fundamentalmente, em três fontes: consulta à imprensa, depoimento de atores políticos e consulta de material de propaganda e documentos partidários. A mídia serviu como importante fonte de informação sobre os debates, travados desde 1978, que envolveram direta ou indiretamente a figura de Brizola. Ela funciona, assim, como um campo bastante fértil para coleta de depoimentos, declarações e discussões que concorreram para as construções da *persona* pública de Brizola. No entanto, não se reduz a isso. Seria ingênuo supor que a mídia não passa de um fórum de publicização dos acontecimentos e das posições assumidas pelos atores sociais. Se ela, de fato, é campo privilegiado onde os diversos atores

públicos veiculam suas posições e travam confrontos com seus concorrentes, não é menos verdadeiro que a mídia, no mundo moderno, é ela própria um ator que produz significados, ocupando papel ativo e criativo nos debates ocorridos na arena pública. Mais ainda: ela é um dos poderosos criadores e definidores da arena pública. Em seu trabalho de reinventar cotidianamente uma realidade, que apresenta como externa e anterior a ela, a mídia é, no mundo contemporâneo, um agente extremamente poderoso de produção de significações. Não é necessário, sequer, levar em conta editoriais e páginas de opinião, para reconhecer a centralidade da mídia como ator político. A abordagem imprimida ao noticiário diário, a ênfase dada a certos eventos e personagens públicos, os recortes operados naquilo que é veiculado como a descrição crua e natural dos fatos são poderosos recursos de informação e, também, de formação de percepções socialmente compartilhadas.<sup>10</sup>

O trabalho mais exaustivo de pesquisa junto à mídia impressa concentrou-se na consulta às edições do *Jornal do Brasil*, a partir de maio de 1978 até março de 1980, dos anos de 1982, 1986, 1989 e 1990. O primeiro período foi fundamental para a recuperação dos debates que envolveram a lei da anistia, a reforma partidária e a fundação do PDT. São cerca de dois anos de processos decisivos para a política brasileira, quando um modelo agonizava e projetos políticos buscavam ocupar espaços na redefinição da hegemonia na política nacional. A se acreditar no depoimento de atores que participaram diretamente desse processo, no que pode ser extraído da imprensa à época e nas próprias análises posteriores ao período, a figura de Brizola e o brizolismo, então em processo de reinvenção, ocupam um lugar privilegiado nos debates travados e na formulação de arranjos políticos fracassados ou bem-sucedidos. Os demais anos investigados coincidem com os períodos eleitorais, para o governo do estado e para a presidência da República. Para o ano de 1994, as consultas foram tópicas, já que, àquela altura, a pesquisa estava em curso, e pude determe na leitura diária dos jornais como modesto membro da chamada opinião pública atento também para o que poderia parecer interessante para a realização deste trabalho. Foram consultadas, também, algumas edições dos semanários *Veja* e *Isto É*. O procedimento adotado obedeceu a duas razões: seria ineficaz realizar um trabalho tão exaustivo como o que foi feito, caso as fontes de informação fossem ampliadas. A definição de uma amostra para a

escolha aleatória de edições a serem consultadas de mais de um órgão da mídia impressa poderia fazer do acaso um carrasco e obliterar o acesso a dados cruciais. Recurso exemplar para pesquisas de opinião, o plano amostral pareceu-me dotado de altíssima margem de risco. Sendo um jornal de grande circulação regional e nacional, o *Jornal do Brasil* teria, no Rio de Janeiro, apenas um único concorrente à altura: o jornal *O Globo*. As rusgas célebres entre Roberto Marinho, presidente das organizações Globo, e Brizola me deram a certeza de que tal fonte seria exemplar como ator político, mas discutível como fonte de informação. Não havendo recursos disponíveis para a realização do trabalho exaustivo nas duas frentes, fiz minha escolha trágica. Abdiquei da presença de um ator importante, optando por um outro não tão explicitamente situado nos debates, em benefício da aquisição de informações que meu passado pouco atante politicamente e a memória não muito precisa exigiam.

A consulta aos documentos do PDT e ao vasto material de propaganda, produzido ao longo dos anos, foi decisiva para a identificação dos traços utilizados na construção da figura de Brizola por parte de seus correligionários. O material foi recolhido ao longo dos anos de pesquisa, graças à solicitude daqueles que, também com seus depoimentos, contribuíram para a realização desse trabalho. Lembro, porém, que a adesão a Brizola não corresponde necessariamente à opção político-partidária pelo PDT. Embora muito próximos e fortemente atrelados, no que se refere à política institucional, brizolismo e PDT não podem ser reduzidos um ao outro. A dissociação analítica entre ambos não se mostra, à luz de dados empíricos, extraídos especialmente de depoimentos, arbitrária. Não foi incomum encontrar dados eloquentes sobre a adesão a Brizola dissociada da equivalente adesão ao PDT. Com isso, fica posto que a análise do brizolismo não deve ser confundida com uma investigação sobre o PDT, sua estrutura e sua atuação no sistema político-institucional brasileiro. Evidentemente, uma série de questões relativas ao PDT aparecem, ao longo de toda a pesquisa, mas vale notar que um estudo mais cuidadoso sobre ele jamais foi a intenção principal da presente pesquisa.

Finalmente, os depoimentos de atores envolvidos diretamente na arena política foram colhidos de duas formas. O início da pesquisa deu-se mediante a realização de um trabalho com forte inspiração etnográfica, na Brizolândia. Este trabalho foi iniciado em 1992, no período em que começavam as investigações que redundariam na instauração da chamada CPI do PC, e que terminaram com o pedido e aprovação do *impeachment* do então presidente, Fernando Collor de Melo. Esta parte da pesquisa foi realizada de forma intermitente durante quatro

<sup>10</sup> A análise de Luiz Eduardo Soares sobre o lugar de mídia no processo de construção de percepções socialmente compartilhadas sobre o fenômeno da violência no Rio de Janeiro, embora bastante sucinto, é esclarecedora do perspectiva aqui adotada. Ver, sobre o assunto, Soares et alii, 1996, 166-7. Deve-se consultar, também, Rodrigues, 1993.

anos e forneceu boa parte dos dados contidos no capítulo V. Sendo um movimento basicamente popular, cujo nome sugere uma ligação direta com o líder, considerei a Brizolândia o espaço adequado para realizar observações sobre a percepção da militância (da base do partido de Brizola e do próprio brizolismo, para utilizar o jargão da política) a respeito do que representa tal posicionamento. Dado seu espírito fortemente marcado pelo espontaneísmo, pareceu que o convívio regular com os membros e simpatizantes do movimento, em seu dia-a-dia, seria a maneira mais adequada de surpreender suas convicções, suas percepções sobre a política brasileira e a forma de inserir-se nela, através da adesão à liderança de Brizola. Outra estratégia de coleta de informações foi a realização de entrevistas com formuladores, lideranças, dirigentes, quadros intermediários e militantes partidários. Este trabalho foi realizado ao longo dos anos de 1995 e 1996 e, através dele, foram gravadas cerca de 70 horas de depoimentos. (a lista dos entrevistados encontra-se no anexo III). Funcionou como uma espécie de contraponto às percepções "populares" do brizolismo, ainda que uma e outra tenham revelado proximidades muitas vezes surpreendentes. Vale notar que a segunda etapa da pesquisa foi iniciada no período imediatamente posterior aos dois últimos e dramáticos anos do segundo governo Brizola, no Rio de Janeiro. É posterior, também, ao fiasco eleitoral de 1994 e, portanto, à última declaração de morte do brizolismo, até o presente momento. O contexto em que as entrevistas foram realizadas teve, certamente, um enorme peso sobre a substância de cada uma delas. Creio, porém, ser impossível avaliar, presentemente, o quanto tal contexto concorre para o que foi declarado.<sup>11</sup> Para a segunda parte da pesquisa, a escolha dos entrevistados recaiu basicamente sobre figuras que estão, até hoje, associadas a Brizola. Cobia entender as razões da adesão incondicional, a despeito dos altos e, por vezes, baixos ganhos políticos atrelados à proximidade com o líder. No entanto, foram entrevistados, também, ex-aliados, que se afastaram após rompimentos traumáticos ou graduais com o líder e seu partido. É importante notar que muitos desses rompimentos ocorreram em circunstâncias em que a figura pública de Brizola e a associação a ela implicavam perspectivas bastante promissoras de aquisição de poder e influência política. A reunião e a análise de

depoimentos como esses permitem que se faça um razoável mapeamento do discurso brizolista, tal como definido anteriormente, e do projeto daí derivado.

Finalmente, foram colhidos alguns depoimentos de figuras que estiveram, ao longo do período em questão, em lados opostos ao de Brizola. Também aqui, as dificuldades encontradas obrigam a precisar as fontes. Inicialmente, a idéia era a de concentrar-se na militância, que seria, dentro da divisão social do trabalho interna do partido, onde se supunha encontrar, de modo mais pronunciado, as manifestações de adesão e lealdade a Brizola. Esse trabalho, realizado na Brizolândia, revelou-se insuficiente, ainda quando estava em curso. O plano inicial da pesquisa foi redefinido e passei a colher depoimentos de lideranças e formuladores do PDT. Nesse caso, a escolha foi literalmente aleatória. Aqueles que se dispuseram e/ou puderam contribuir foram ouvidos. Foi dada preferência a figuras que estão ou estiveram próximas a Brizola durante os mais variados momentos de sua trajetória. Antigos trabalhadores, fundadores do PDT e auxiliares próximos foram procurados. Mais uma vez, contudo, a pesquisa foi redefinida e constatou-se a importância do discurso anti-Brizola para o processo de construção do brizolismo. Filiados a tendências e convicções políticas diversas, seria impossível a coleta criteriosa e cuidadosa de depoimentos de atores políticos que se posicionaram combativamente contra Brizola. Por isso, foram ouvidos marginalmente apenas alguns de seus críticos. Muitas das manifestações contra Brizola e divergentes da narrativa do Brasil encampada por ele e por seus seguidores foram extraídas de fontes secundárias, principalmente junto à imprensa. A ampliação da pesquisa, de modo que os críticos dos brizolistas tivessem o mesmo peso e atenção dada aos brizolistas, revelou-se infactível, ao menos para o momento presente.

11 Não houve preocupação em definir previamente os atores que são postos em cena. Não realizei qualquer tipificação. Não há, aqui, o militar, o comunista, o católico, o petista nem, sequer, o brizolista. Optei por deixar que aparecessem, quase anarquicamente. Muitas vezes contraditórios em suas intervenções. Para que houvesse um centro, em torno do qual os demais atores pudessem surgir, concedi-o aos brizolistas. Eles aparecem em suas diversas manifestações, articulando suas convicções políticas às representações sobre os significados da atuação de Brizola na vida política brasileira e sua adesão a ele. Ao reuni-los, temos um quadro razoavelmente articulado, um discurso marcado pela tensão e com muitas ambigüidades. Mas, também, dotado de sentido e de plausibilidade. O mesmo vale para os discursos anti-Brizola que contribuem para a construção do brizolismo. Certos atores políticos têm destaque pronun-

11 Seria extremamente interessante o análise mais detalhada sobre as circunstâncias de realização da pesquisa. O brizolismo é um fenômeno político contemporâneo, ainda com boa margem de visibilidade, envolvendo um líder em plena atividade pública. Boa parte dos protagonistas que estiveram contra ou a favor dele permanecem vivos e, também, em plena atividade. Nessas circunstâncias, é compreensível que fossem encontrados certos resistências e cuidados diante do gravador, inicialmente, na análise, que poderia ser de alguma servente para desobediências metodológicas, não pode se concretizar aqui. As próprias limitações do discurso escrito para explorar e expor as hesitações, ambigüidades, ênfases e uma série de outras percepções do pesquisador, no setting em que os depoimentos foram registrados, tornam extremamente difícil e arriscado esta empreitada. Talvez, este seja um trabalho para o futuro.

ciado, em um determinado momento, para literalmente desaparecerem no seguinte. O julgamento final sobre a pertinência do encaminhamento escolhido não tem outro juiz, senão o próprio leitor. Não há critérios, *a priori*, de objetividade para sustentá-lo. Não se buscarão as razões últimas que fizeram do brizolismo um fenômeno crucial na política carioca. Trata-se, tão-somente, de fornecer uma interpretação possível sobre um campo de disputa de significações distintas sobre o Brasil contemporâneo, sobre o lugar do Rio de Janeiro na política nacional e sobre ele próprio, o brizolismo, e seu papel histórico nesse contexto.

Se o brizolismo é entendido como campo discursivo, produto e produtor de significações relativas à história brasileira, à ação política e a um projeto nacional, é importante sublinhar como cada um desses aspectos da vida social se articulam a ele. A ideia mais geral, perseguida ao longo das páginas que se seguem, é a de que o brizolismo (dos brizolistas), tal como definido aqui, é um campo onde uma leitura do Brasil é construída. Tal leitura, é bom que se repita, não é unívoca, nem, tampouco, intensa à disputa. Se pautar na construção de uma história que confere inteligibilidade ao quadro brasileiro contemporâneo. Sendo assim, é, também, uma narrativa sobre a história brasileira, suas glórias e reverses. O quadro contemporâneo, entendido à luz da história, realça os problemas e impasses mais dramáticos que, segundo tal visão, devem ser enfrentados para que o país supere suas limitações. Nesse caso, o brizolismo deve ser entendido, também, como uma "teoria" prescritiva sobre o Brasil. Entenda-se por "teoria" um conjunto de proposições razoavelmente articuladas entre si, que compõem um corpo dotado de logicidade interna com pretensões a conferir inteligibilidade a processos sociais, econômicos e políticos passados e presentes. Este é um sentido "frouxo" do termo, posto que não se trata de um conjunto de proposições formalmente sistematizadas, nem, sequer, com intenções de estabelecer um descolamento crítico com a prática. Ao contrário, quer-se exatamente como "teoria-prática", trazendo em si, ao menos retoricamente, uma margem bastante razoável de desconfiância e ceticismo quanto a formulações excessivamente elaboradas. Em poucas palavras, o brizolismo é uma categoria prática, relativa a uma forma de engajar-se politicamente na imediatividade do mundo contemporâneo e na história que a engendra. Lido pelo intérprete interessado, revela um projeto para o país. Apenas analiticamente pode ser tomado como teoria e como formulação de um projeto articulado. A forma de levar a cabo tal projeto é percebida, pelos atores, como fundamentalmente de ordem política. A centralidade concedida à política encerra uma forma específica de entender a natureza do político e as formas preferenciais de

atuação nessa esfera, correlatas à leitura feita do Brasil, de sua história e o projeto que se quer implementar.

Finalmente, o Rio de Janeiro, mais a capital do que propriamente o estado, é dotado de um papel fundamental em toda a composição da lógica discursiva brizolista. Muitas das imagens socialmente construídas do Rio de Janeiro, nos últimos anos, tiveram no brizolismo, para o bem ou para o mal, um referencial dos mais relevantes. Há uma imagem da antiga capital que é reinventada pelos brizolistas, de modo a fazê-la o centro de difusão de seu projeto e de sua atuação política. Entre os críticos dos brizolistas, muitas das implicações do dilema civilização/modernidade x barbárie/atraso têm estado diretamente relacionadas às escolhas envolvendo a figura de Brizola e o que ela representa. Deve-se notar que não se trata do confronto entre uma imagem positiva e outra negativa da cidade. Trata-se, em ambas as leituras, de narrativas diversas sobre os caminhos adequados e os problemas a serem enfrentados pela cidade e, em maior escala, pelo estado do Rio de Janeiro. Em cada um dos aspectos apontados do discurso brizolista são acionados imagens e símbolos fundamentalmente radicados na cultura política brasileira, em geral, e do Rio de Janeiro, em particular. No confronto, os antagonistas mobilizam, também, componentes simbólicos convergentes e/ou contraditórios àqueles que vão compor os discursos dos que fazem da adesão a Brizola seu canal de inserção nos debates públicos e o princípio de identidade política que os reúne. Daí os diversos discursos funcionarem como o material bruto para a composição do objeto privilegiado da análise. Mas, cabe salientar, de novo, que, na composição do brizolismo aqui retratado, a ênfase maior está nos discursos de adesão a Brizola.<sup>12</sup>

A construção narrativa sobre a situação do Brasil contemporâneo é articulada a uma espécie de teoria explicativa de sua história recente. Uma e outra são indissociáveis. Poderíamos chamar tal formulação de uma teoria geral da história brasileira de um ponto de vista brizolista. Ambas (a narrativa do Brasil atual e a construção de sua história) estão articuladas à tradição trabalhista e à legitimação da figura de Brizola, como seu herdeiro. Por ela, Brizola é alçado à condição de um mito, um personagem exemplar que encarna o triunfo final do grande projeto que perpassa toda a narrativa: o problema da emancipação nacional. É na conflu-

12

Apenas para ajudar o leitor, no eventualmente truncado percurso que começa a ser trilhado, gostaria de distinguir, por outros meios de exposição, duas polivalências de brizolismo. Brizolismo, *gen. sig.*, significa as construções, saltares que dotam de sentido a adesão a Brizola. Já os sentidos podem ser, positivos ou negativos, *dei.*, finalmente, mas nem sempre. O termo brizolismo engloba os discursos de adesão a Brizola, os de crítica a ele e a tensão entre ambos. Quando me refiro ao discurso brizolista, onde fui buscar o maior parte do material a ser interpretado, designo apenas os discursos de adesão a Brizola, aos quais serão contrapostos, apenas para o bem da economia expositiva, os discursos antibrizolistas.

mação de sua liderança, como continuadora legítima e insofismável da tradição que, segundo os brizolistas, tirou o país da pré-história obscura, marcada pela escravidão, e, posteriormente, pela exclusão política e social das massas, que sua inserção no campo político é semantizada. Brizola aparece como imagem síntese do guerreiro e do estadista. O guerreiro dotado de tenacidade suficiente para enfrentar o inimigo externo, que se imiscui no país para perpetuar sua dependência e miséria. O estadista dotado do saber necessário para identificar e neutralizar os elementos internos que se aliam ao inimigo externo. Os vínculos com a tradição são fundamentais para a construção dessa imagem, que confere sentido à história brasileira e à pertinência da ascensão de Brizola. Tal construção só pode ser adequadamente compreendida se posta em confronto com teorias diversas e antagônicas, que concedem a Brizola uma posição igualmente central, ainda que mediante a inversão de sinais. A inversão corresponde, geralmente, a narrativas históricas alternativas. Engana-se quem considerar que é Brizola o personagem principal dessa trama. Aqui, o lugar de destaque é da memória. É ela quem redefine os "tempos de antes", a idade de ouro que foi fundada com o trabalho e que o movimento de 1964 tentou enterrar. É a memória que cabe remover os escombros do atraso, e fazer que a história retome seu círculo virtuoso. Brizola aparece, então, como o unglido capaz de desencadear o fluxo de memória junto à população brasileira, oferecendo sua mão para a retomada do fio da história. Esta é, basicamente, a perspectiva brizolista. Ela confronta-se com outros apelos à memória. Poderíamos chamá-los, genericamente, de apelos à memória crítica, posto que reescrevem o mesmo passado evocado pelos brizolistas, assumindo uma perspectiva crítica em relação a ele. Não se trata, em hipótese alguma, de estabelecer qual das versões confrontadas (e são mais do que duas) está mais próxima da verdade. Todas as que foram construídas valem como recriações do passado, dotadas de razoável margem de plausibilidade e coerência interna. Inteira, sobretudo, que é nas reconstruções do passado, redundando em diagnósticos do presente, que se dá a invenção do brizolismo, ou sua reinvenção, no contexto do final dos anos 70. O líder só exerce fascínio na medida em que se estabelece um elo de ligação entre ele e um passado igualmente fascinante. A chave para a invenção do passado é o trabalho.

A construção da história do Brasil do ponto de vista brizolista equivale a um diagnóstico. Sendo uma narrativa que se quer prática, é compreensível que redunde em um conjunto de prescrições para a ação política. Esta, contudo, só pode ser compreendida se associada ao conjunto de símbolos que conferem visibilidade ao projeto. Do diagnóstico passa-se ao empreendimento. Ou, mais

precisamente, aos mecanismos simbólicos que conferem sentido ao empreendimento. Não se trata de averiguar as realizações de Brizola, quando governador do Rio de Janeiro, as políticas por ele implementadas, mas as imagens mobilizadas e construídas em torno de sua atuação e seu raio de alcance. O mote mais contundente desse projeto é o nacionalismo. Termo de significação tão ampla, faz-se necessário definir o que vem a ser o nacionalismo brizolista. Com isso, são evitados mal-entendidos. No nacionalismo brizolista, o tema de fundo é o da incorporação das massas à cidadania. Aparentemente não há nada muito singular nisso. Os nacionalismos, em grande parte de suas variadas configurações, foram projetos incorporadores, posto que firmaram os canais para a consolidação das comunidades de grande escala, próprias do mundo moderno. Esse é um desafio que parte das elites políticas brasileiras enfrentou desde muito tempo. Teorias e empreendimentos foram feitos nesse sentido. A questão, aqui, é pensar como foram vinculados à figura e às intervenções públicas de Brizola e seus pares. Trata-se de verificar as especificidades (supondo que elas existam) da configuração do nacionalismo, quando associado ao brizolismo. Dito de forma direta, percutar a existência, no discurso brizolista, de um projeto civilizador que lhe seja próprio. Um projeto civilizador concebido a partir de um quadro do Brasil, construído pelo recurso a uma série de símbolos e mitos fundamentalmente enraizados em nossa tradição política e cultural. Imagens como o povo criança – de inspiração cristã –, do Estado formulador e divulgador de virtudes públicas – inspirado no positivismo – e de personagens-síntese do povo nacional são criativamente combinadas, de modo a dar forma a um projeto de futuro. Há uma certa tendência a reduzir o nacionalismo brizolista à tradição trabalhista. Cabe observar, porém, que um e outro são vicários de representações mais antigas e recorrentes da cultura brasileira. O projeto incorporador brizolista é a invenção de um *ethos* nacional, uma reinvenção do nacionalismo, cujos protagonistas principais são o Estado e a história, e cujos componentes simbólicos não devem ser reduzidos ao patrimônio do "trabalhismo clássico". Em se tratando de nacionalismos, vozes distintas terão, necessariamente, que ser contempladas.

Como realizar o *telos* vinculado a esse projeto civilizador? Da perspectiva brizolista, esta é uma tarefa política. Para levar o projeto adiante, é necessário que uma certa forma de atuação política, derivada de uma concepção do que ela representa, seja assumida incondicionalmente. Percebe-se, então, que a análise do brizolismo é uma janela para que se entreveja, ainda que parcialmente, o confronto de concepções distintas da natureza do político e os debates em torno das modalidades de atuação pertinentes, no quadro político brasileiro

pós-abertura. O tema central é a capacidade de institucionalização de um modelo formal de democracia, sólido e estável o suficiente para que o país se resguarde de abalos semelhantes aos que levaram o país a duas décadas de autoritarismo. Trata-se de afastar ou incorporar os componentes personalistas fortemente enraizados na tradição política brasileira. Ou, alternativamente, trata-se de denunciar a estreiteza de projetos políticos que priorizem a democracia formal frente a problemas nacionais supostamente mais graves como a pobreza, a miséria e o subdesenvolvimento. O esforço empreendido por amplos setores da elite política para a formação de uma convergência de significados e valores (tal como definido por Charles Taylor)<sup>13</sup> em torno da construção de um regime político representativo estável foi, provavelmente, a marca mais proeminente dos anos pós-abertura. A forma como a atuação de Brizola é percebida, nesse contexto, é reveladora dos impasses, limites e temores que cercaram a instauração do regime democrático no Brasil durante o processo de abertura. Quanto a isso, os debates ocorridos nos diversos pleitos realizados ao longo do período estudado são extremamente elucidativos. Os debates eleitorais têm significativo destaque na análise do brizolismo. No caso, eles aparecem como momentos dramáticos, onde auto-imagens sociais são reordenadas e reveladas publicamente, confrontando-se umas com as outras. Destaca-se, assim, a dimensão de conflito da política, frequentemente minimizada pela atenção dedicada pelos intérpretes a seus aspectos de procedimento e rotinizados. No que toca ao brizolismo, tal como defini, a atenção ao conflito é fundamental.

Como ensina Schattschneider, a política se define, basicamente, pelo conflito:

"Nada atrai uma multidão tão rapidamente quanto um conflito. Nada é tão contagiioso. Debates parlamentares, julgamentos, assembleias, campanhas políticas, greves, audiências judiciais possuem algumas das qualidades de excitação próprias do conflito; todas produzem espetáculos dramáticos que são quase sempre irresistivelmente fascinantes para o povo."<sup>14</sup>

Estipulada a base mais geral da política, Schattschneider prossegue, definindo as duas partes que necessariamente compõem as cenas do conflito. Elas são o pequeno contingente daqueles que participam diretamente dos embates e os espectadores (*audience*), que sofrem uma irresistível atração pelo espetáculo. É importante notar que os espectadores não são parte passiva do conflito. Ao contrário, são decisivos para a definição de seu resultado final. A dívida

compreensão dos conflitos políticos não pode prescindir da percepção das relações estabelecidas entre aqueles que se situam no centro do embate e a plateia. Esta última jamais é neutra. Daí que:

"... todo conflito é determinado pela extensão com que o público é envolvido por ele. Vale dizer, a consequência do conflito é determinada pelo alcance de seu poder de contágio. O número de pessoas envolvidas em qualquer conflito determina seus desdobramentos; toda alteração do número de participantes, todo aumento ou redução do número de participantes afeta o resultado final."<sup>15</sup>

A questão fundamental para a definição do campo político, em contextos competitivos, é a delimitação do espaço de conflito. A margem de incorporação, ou exclusão, de combatentes potenciais.

Embora a confiança de Schattschneider quanto ao interesse das massas (é delas que se trata) nas disputas políticas seja, na melhor das hipóteses, sujeita a averiguações, sua definição para a política é extremamente provocante. Segundo ela, boa parte dos esforços dos atores políticos resume-se em tomar públicas questões privadas ou assuntos privados em questões públicas, para, daí, extrair, da configuração definida, maiores chances de triunfo. Desse modo, atores políticos confrontam-se em duas frentes: nos conflitos públicos propriamente ditos e nos conflitos pela definição do raio de alcance do campo em que se embaterão, e, consequentemente, pela definição daqueles com os quais se antagonizarão. Ampliação ou restrição do campo de conflitos, seleção de atores e, por conseguinte, de temas que farão parte da agenda política, este é o pano de fundo tensionado da atuação política.

A despeito do engenho da definição de Schattschneider, há dois pontos, embutidos em sua análise, que devem ser redimensionados. Primeiro, na definição dos atores e temas em torno dos quais se dão os conflitos quanto à definição da esfera pública (entendida como o campo onde os conflitos se tomam públicos e, por isso, sujeitos ao interesse do conjunto de espectadores), Schattschneider se atém estritamente a princípios relativos a interesses que querem ou não organizar-se publicamente. O cenário montado é composto por grupos candidatos a ocupar um lugar no centro do espetáculo, que forçam a inclusão ou exclusão de seus próprios interesses e/ou dos interesses de outros. Tal perspectiva, no contexto contemporâneo, tem sido amplamente questionada. Ela reduz as motivações associativistas e os princípios identitários para a

13 Sobre a distinção, operada por Charles Taylor, entre consenso e convergência de valores, ver Charles Taylor,

"Interpretations and the sciences of man", em Robinson & Sullivan, (eds.), 1979.

14 Schattschneider, 1975, 1, 2 (tradução da autora).

15 Schattschneider, 1975, 3 (tradução de autor).

formação de grupos de pressão ao mero interesse utilitário. Como observa Craig Calhoun:

"As políticas de identidade têm aparecido freqüentemente como uma nova forma de politização da vida cotidiana, um deslocamento das formas mais tradicionais de política, pautadas pelos interesses. Como apontam alguns analistas, não é apenas o caso do particular que é progressivamente politizado, mas sim da política ser progressivamente estetizada. Isso faz com que a política se torne *performance* dramática mais do que confronto instrumental."<sup>16</sup>

A observação de Calhoun é duplamente relevante. Primeiro, porque amplia os critérios em torno dos quais grupos podem se organizar e forçar a redefinição do espaço público. Segundo, porque introduz uma dinâmica da política não contemplada na análise de Schattschneider: a estetização e a dimensão de dramatização que há nela.

Importante notar que os componentes da política introduzidos na presente discussão, com a ajuda de Calhoun, não invalidam as proposições fundamentais de Schattschneider. Principalmente no que toca à dimensão estetizante da política e a seu caráter dramático. Trata-se, apenas, de um reequilíbrio. O segundo problema a ser levantado, em Schattschneider, refere-se à definição da esfera pública. Ai, mais uma vez, a contribuição de Calhoun é fundamental. Em sua crítica à definição habermasiana de esfera pública, Calhoun chama a atenção para o quanto o teórico frankfurtiano mantém-se refém da concepção liberal da política, ao aceitar os supostos que definem a diversidade como princípios referidos à vida privada que, projetados para a esfera pública, seriam redutíveis a uma percepção comum, pautada pela racionalidade instrumental. Calhoun observa que:

"A fragilidade central (não apenas da teoria de Habermas mas da concepção liberal que ele analisa e incorpora parcialmente) advém das implicações envolvidas pela dependência da esfera pública à organização privada, à vida pré-política, que faz com que os cidadãos se sobreponham às identidades e negócios privados. Trabalha-se aí com a esperança de transcender-se a diferença mais do que com a expectativa de criar-se esferas de reconhecimento, expressão e relacionamento."<sup>17</sup>

Para, mais adiante, afirmar:

"Uma das ilusões do discurso liberal é acreditar que na sociedade democrática existe ou pode existir um único discurso autorizado acerca das questões públicas. (...) É comum, contudo, e não aberrante, os indivíduos se situarem em diferentes arenas públicas e daí se dirigirem a múltiplos centros de poder (mesmo que diferenciados institucionalmente no interior de um mesmo estado, combinando múltiplos estados ou agências políticas, ou reconhecendo que agências putativamente não políticas, como corporações de negócios, são potenciais *locus* de poder e destinatários do discurso político)."<sup>18</sup>

Calhoun finaliza seu comentário propondo a substituição do termo esfera pública (*public sphere*), utilizado por Habermas, pelo, mais adequado, segundo ele, esfera dos públicos (*sphere of publics*). Estabelece, com isso, o postulado segundo o qual a democracia é tão mais avançada quanto maiores forem as franquias para a incorporação de percepções distintas do espaço público.

Embora endereçados especialmente para Habermas, os comentários de Calhoun servem também para Schattschneider. Afinal, trata-se de uma crítica dirigida, também, à concepção liberal de democracia como um todo. No presente caso, trata-se de enfatizar o caráter público do próprio processo de construção de identidades, marcadas pela diversidade e não mais reduzidas ao princípio ontológico liberal, pautado pela lógica do interesse. Trata-se, finalmente, da assunção de diversas percepções do espaço onde os conflitos, de interesses e valores, são confrontados. Ampliar a noção de espaço público, implodir a pretensão de univocidade, implícita na lógica liberal clássica, fazem parte do conflito que caracteriza a política. Repetindo: na percepção aqui assumida, o conflito e a luta pelo direito de participar do conflito, ou de se ver livre do ônus de participar dele, não se dão apenas no que se refere a interesses. São valores e visões de mundo, projetos de ordem que lutam para ampliar ou reduzir o campo político, para incorporar novos temas ou excluí-los do centro do confronto. Incorporando as proposições de Calhoun a leitura traçada por Schattschneider, remetemos, mais uma vez, o problema da política às discussões culturais. Se é verdade que as questões políticas são objeto de debates permanentes, nas sociedades modernas, não seria exagerado dizer que é nos contextos eleitorais que tais discussões ganham maior visibilidade. Programas de governo concorrentes, discursos, propostas e imagens associadas a cada uma dessas peças da propaganda eleitoral podem ser entendidos como mapas gerais de representações sociais, em disputa pela definição da composição da

agenda pública, pela definição do que é ou não passível de incorporação ao campo político e pela definição de formas adequadas e indesejáveis de atuação. Se neles estão envolvidos aspectos culturais, é necessário reconhecer que revelam estruturas sociais subjacentes à dinâmica política cotidiana. É verdade que no contexto de democracia de massa tais estruturas são razoavelmente expostas, são dadas publicamente. No contexto eleitoral, no entanto, elas são ordenadas e confrontadas dramaticamente, posto que reclamam e necessitam da aceitação do público mais amplo que compõe o eleitorado. Sendo assim, a definição corrente na ciência política, segundo a qual o processo eleitoral deve ser entendido como jogo estratégico em que atores têm como objetivo final a vitória, devemos acrescentar que ele é também um espaço dramático, tal como definido por Turner.

"Dramas sociais surgem naquilo que Kurt Lewin chamou períodos desarmônicos ("aharmonic" phases) do processo social, quando interesses e atitudes de grupos e indivíduos se colocam em oposição aberta. Dramas sociais parecem para mim constituir-se unidades do processo social passíveis de serem isoladas e minuciosamente descritas."<sup>19</sup>

Transposto para a análise do sistema político competitivo, o drama social pode ser entendido como o processo pelo qual as estruturas políticas, sociais e econômicas subjacentes à vida social são postas em questão segundo regras fácticas ou explicitamente estabelecidas, publicizadas e aceitas. Neste processo, interesses e identidades são confrontados. Vez por outra, as próprias regras norteadoras do conflito são objeto de disputa.

"No drama social, contudo, o despeito de escolhas de meios e fins, e alianças sociais serem feitas, a pressão se dá principalmente sobre lealdades e obrigações, tanto quanto sobre os interesses, e o curso dos eventos pode levar a um desenlace trágico. (...) conflitos parecem por determinados aspectos fundamentais da sociedade, normalmente mascarados pelos costumes e hábitos da interação diária, em uma assustadora proeminência. Os indivíduos têm que se posicionar em termos de constrangimentos e imperativos morais fundamentalmente arraigados, freqüentemente contra suas próprias preferências pessoais. Nesses momentos, a escolha é sobrepujada pelo dever."<sup>20</sup>

O caráter dramático dos processos eleitorais se revela, especialmente, se forem encarados como algo além de uma simples peça rotineira no sistema de seleção de

dirigentes, em contextos de democracia de massas.<sup>21</sup> Tomados como dramas, fazem-se canais de publicização e problematização de redes de lealdade, normas de conduta, preceitos morais. Sobrepujado, revelam o caráter a um só tempo estruturante e dinâmico dos conflitos sociais, desnaturalizando a ordem pública. Sendo assim, podem ser encarados como campo privilegiado de observação dos símbolos, signos, sinais e discursos ordenadores da sociabilidade coletivamente criados.

Entender os processos eleitorais como dramas sociais requer alguns cuidados. O drama social, para Turner, é um um processo de "desarmonia" (*aharmonic* ou *disharmonic*) social, que emerge em situações de conflito. Sendo um processo de crise e confronto, pode ter efeitos devastadores. No mais das vezes, no entanto, é o espaço no qual o caráter dinâmico da própria estrutura social, aspecto mais estável da ação e da interação social, se revela. No drama, imagens e metáforas (para usar um dos conceitos centrais de Turner) sociais, incorporadas pelos indivíduos, ordenando, quase silenciosamente, sua conduta, são expostas publicamente. Ao fim do processo, os princípios de lealdade são redefinidos, a ordem rotineira é restabelecida e novas estruturas assumem a aparência de regras e preceitos de ordenação estáticos. O processo eleitoral pode ser entendido como dramas operados em momentos previamente estipulados e segundo determinadas regras. Neles, a sociedade, em geral, sua estrutura e auto-imagens são tornadas, ritualmente, repito, uma realidade problemática e sujeita à disputa.

Se os processos eleitorais são abordados como dramas, é forçoso reconhecer que o interesse que despertam é diverso daqueles que costumamos ter nas análises de comportamento eleitoral. As pesquisas de comportamento eleitoral, devido aos métodos utilizados e objetivos que lhes são inerentes, tendem a mapear motivações e escolhas pautadas por questões tópicas e conjunturais. O comportamento do informante, travestido na personagem de eleitor, tende a ser orientado pelos aspectos mais imediatos e próximos do processo político em que está inserido. Análise extremamente importante, com recursos preditivos de curto prazo cada vez mais sofisticados, as análises eleitorais têm pouco a dizer sobre aspectos mais duradouros e estruturantes das percepções sociais da política, dos atores e *issues* nela envolvidos. Para a análise do brizolismo, tal como aqui proposta, as análises de comportamento eleitoral têm pouco a dizer. O recurso à definição dos processos eleitorais como dramas torna-se, então, crucial, posto que o brizolismo é, a um só tempo, irreduzível a eles, mas, por

19 Victor Turner, 1994, p. 33 (tradução do autor).

20 Ibid., p. 35 (tradução do autor).

21 Isto é um jejuno tostaente comum e, o meu ver, um tanto simplista das processos eleitorais. Esteu convencido de que elo sequer faz jus daquele que primeiro o formulou: Joseph Schumpeter. Ver Schumpeter, 1987.

outro lado, é impensável sem eleições. Muito do que se diz, se pensa, e, principalmente, confere significados ao brizolismo é justamente sua marcante trajetória eleitoral, caracterizada por vitórias e derrotas espetaculares. É assumindo a política como espaço conflitivo, dramatizado em contextos eleitorais, que o brizolismo pode ser entendido como campo produtor de significados.<sup>22</sup>

Outro campo tradicional da ciência política deve ser redimensionado, ao ser incorporado à análise do brizolismo, tal como proposta aqui. Refiro-me às administrações de Brizola, nas duas ocasiões em que foi governador do Rio de Janeiro. É evidente que a análise da administração brizolista, no que se refere a suas realizações nos diversos campos da gestão pública, implicaria uma pesquisa específica. Carreceria, inclusive, de definição de limites, recortes temáticos e históricos, tal a magnitude da empreitada. Não é esse o caso presente. Cabe, no que for abordado sobre o brizolismo e suas relações com a máquina administrativa, reconhecer o que há nelas de produtoras de significados. O que há no chamado "estilo brizolista de administrar" que reforça, redefine, articula semantizações sobre o brizolismo. O mesmo vale para questões concernentes ao partido e às diversas esferas do poder público. Nesse sentido, importam menos os aspectos propriamente administrativos dos governos de Brizola, a história do PDT e seu desempenho parlamentar, do que os debates suscitados em torno deles e os significados a eles atribuídos.

O grau de identificação da figura de Brizola com representações sociais fortemente significativas do cartoca foi de tal ordem que ele, Brizola, acabou por ser uma das principais referências políticas do Rio de Janeiro, desde seu retorno do exílio. Ainda hoje, afastado do poder e após algumas derrotas acachapantes, seu nome permanece sendo evocado, para o bem ou para o mal, quando os debates políticos se aguçam e os processos eleitorais são desencadeados. Lidar com o brizolismo, portanto, corresponde, em larga medida, a avançar alguns passos no caminho para uma interpretação da cultura política do Rio de Janeiro. Interpretação sempre problemática, pelos riscos reductionistas e reificadores que traz embutida em si, mas fundamental para quem quer dar conta dos processos de construção de um discurso político como o brizolista. Salta aos olhos a imensa capacidade do discurso brizolista de estabelecer uma forte identificação popular. Essa identificação nem sempre se traduz em votos. Seguir significa regularidade nas avaliações positivas do brizolismo. Do ponto

de vista de seus críticos, especialmente aqueles que se radicam em partidos e organizações de esquerda e têm competido com os brizolistas pelo papel de vocalizador legítimo dos valores e anseios populares, a identificação brizolismo/forças populares dá-se, basicamente, pelos recursos mistificadores da prânica brizolista. Esta é uma perspectiva que interessa apenas como uma das semantizações produzidas acerca do brizolismo. Formulado no confronto político, o discurso antibrizolista reclama para si uma superioridade cognitiva-normativa que tende, se aceita acriticamente, a encobrir seu caráter retórico-mítico, tão acentuado nele como no discurso que pretende denunciar.

É de se notar, também, que dois mitos políticos são especialmente importantes, para a interpretação do brizolismo, e o atravessam ao longo de toda a sua vigência: o mito da subversão da ordem e o mito de Vargas e seu legado. A subversão foi um dos mitos políticos mais acionados ao longo do século XX. Não é um mito propriamente brasileiro, posto que foi divulgado em escala planetária. Uma vez acionado, ele desencadeia os temores e tensões associados ao caos, à entropia e à destruição. A vertigem da destruição é certamente um componente imaginário dos mais efetivos para a produção e reprodução da ordem social e a aceitação das regras coletivas, por parte dos indivíduos. O rompimento dos aparadamente tão sólidos laços de sociabilidade exercem fascínio e horror. Geralmente, mais o segundo do que o primeiro. São esses os componentes imaginários articulados ao mito da subversão. Poucas lideranças tiveram sua imagem tão repetidas vezes associada à subversão como Brizola. Seu papel na agitação política no período pré-64 é evocado reiteradamente nos seus primeiros anos pós-79. A partir de meados da década de 80, a vertigem da desordem e do caos é articulada à subversão social e ao banditismo. Não creio que tenha havido um momento sequer em que o mito da subversão, semantizado positiva ou negativamente, não tenha sido associado à *persona* pública de Brizola. Digo positivamente porque, com frequência, ele representou, associado a Brizola, promessas de mudança na ordem política, social e econômica do país.

O segundo mito é o legado varguista. É curioso perceber como Vargas e seu legado estão, principalmente a partir da metade dos anos 80, mais enraizados na elite política brasileira do que no próprio imaginário popular. Destruir o legado varguista, e o modelo de Estado por ele construído, tem sido a obsessão e, em certa medida, o fracasso de boa parte das elites políticas. Não pelas virtudes intrínsecas do modelo, sobre o qual há uma tendência cada vez mais forte ao consenso quanto a seu caráter arcaico e ultrapassado, mas pela dinâmica institucional que criou e realimenta, mantendo e reatualizando da um modo de

22 É evidente que se podem, em contextos competitivos, observar outras situações de crise na política e, consequentemente, dramatisações. De qualquer modo, no caso presente, os dramas são associados às disputas eleitorais, em um incorporação um tanto livre das proposições de Turner.

interação Estado/sociedade interpretado, hoje, como disfuncional do ponto de vista da implementação do interesse público, mas extremamente útil para setores políticos e econômicos encastelados nas diversas instâncias da máquina estatal. Libertar-se desse legado tem sido tarefa hercúlea para as elites, pois, como já foi mencionado, as dinâmicas administrativas geram certos significados e símbolos com grande poder de difusão. Ele é um pouco como o demônio que as elites políticas brasileiras tentam exorcizar de si próprias, sem muito sucesso até aqui. Brizola, ao reclamar repetidamente o legado varguista, chamando atenção para os diversos aspectos positivos de suas gestões, ao caráter dinamizador e incorporador de suas administrações, denunciando interesses envolvidos no propalado "sepultamento da Era Vargas", parece funcionar como uma espécie de sinal permanente da persistência do varguismo na política brasileira. Lembrança incômoda.

Creio estarem definidas, em linhas gerais, as bases do que será tratado, aqui, como o brizolismo. Um tal esforço justifica-se pelo *parti pris* segundo o qual aderir ao brizolismo, ou rejeitá-lo tenazmente, tem significado, nos últimos anos, um princípio importante no processo de definição de identidades de atores engajados na esfera pública. Longe de tratar-se de um resíduo de tempos de outrora, manifestação do primarismo político das massas, ser brizolista correspondeu, em larga medida, ao que Geertz enuncia sobre as construções de ideologias e imagens do mundo:

"É através da construção de ideologias, de imagens esquemáticas da ordem social que o homem faz de si mesmo, para o bem ou para o mal, um animal político."<sup>23</sup>

A investigação do brizolismo, da forma aqui definida, propicia o acesso a "ideologias e imagens esquemáticas" da sociedade brasileira confrontadas nas duas últimas décadas. Este é um acesso modesto, parcial e circunscrito. Implica a renúncia à pretensão de dar conta das dinâmicas políticas e sociais do Brasil recente em toda a sua complexidade. Abre, no entanto, uma perspectiva de análise sobre posições assumidas pelos atores políticos no período definido. Finalmente, cabe ter em vista que tais construções não são dotadas de autonomia para se autogerarem. Elas estão radicadas em um contexto histórico específico, o que é crucial para que se tenham tornado objeto de interesse. Abordar o brizolismo é, em larga escala, seguir a história de sua criação (no caso presente, reinvenção) e as diversas redefinições que o envolveram ao longo dos últimos anos. Guardando atenção, tanto para as continuidades e recorrências, quanto para as inflexões ocorridas.

## II

### A Reinvenção do Brizolismo

Neste capítulo, pretendo discutir os elementos de base da composição do discurso que chamo de brizolista. Para tanto, é fundamental a análise do processo de construção da imagem pública de Brizola no contexto de seu retorno do exílio. Este se dá em várias etapas de um período histórico extremamente curto mas igualmente intenso de debates sobre os rumos do processo de redemocratização no Brasil. Inicia-se quando a lei da anistia começa a ser discutida e posições contrárias ou favoráveis ao retorno de Brizola e seu significado na política nacional são assumidas pública e enfaticamente. Nesse contexto, é importante ressaltar, as vozes de um lado e do outro são igualmente importantes para a configuração do perfil do líder. Procurarei evidenciar que, àquela altura, o seu retorno é cercado por uma série de debates que se situam no bojo das discussões mais amplas sobre a redefinição do quadro partidário e a realocação de lideranças para o enfrentamento político segundo os novos padrões que então se esboçavam. O debate torna-se mais intenso ao longo do período de disputa pela legenda do PTB e o correspondente legado trabalhista, com a ex-deputada Ivete Vargas, que teve como desenlace a perda da legenda histórica e o esforço de construção do PDT. Nesse quadro, vale ressaltar a rede de alianças que passaram a ser tecidas no Brasil e no exterior, relacionadas com projetos políticos que se formulavam com vistas à redemocratização do país. As posturas tomadas em relação a Brizola, especificamente, contrárias ou favoráveis, primeiro a seu retorno, depois à concessão da sigla petebista, terão uma enorme influência em sua atuação política futura. Igualmente importante serão as articulações iniciais com políticos exilados ou no Brasil. A conjuntura política leva Brizola a adotar uma postura extremamente moderada, para evitar maiores sobressaltos num contexto de extrema incerteza e instabilidade. Farão também com que se apresente como um líder amadurecido, moderado, com características e atitudes